

**A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO INSTRUMENTO
FACILITADOR NO/DO PROCESSO DE ENSINO, APRENDIZAGEM E
INCLUSÃO DO ESTUDANTE PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM AS A FACILITATING TOOL IN
THE TEACHING, LEARNING AND INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WHO
ARE THE TARGET OF SPECIAL EDUCATION**

**LA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONALES COMO INSTRUMENTO DE
FACILITACIÓN EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA, APRENDIZAJE E
INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES**

¹Flávia Janiaski Vale

²Thacio Fagundes Vissicchio

³Maizi Aparecida dos Santos

RESUMO

O presente artigo visa discutir a política de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEDE) no estado de Mato Grosso, bem como essa política é aplicada, a partir do trabalho realizado na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) na Escola Estadual São José Operário, localizado em Rondonópolis-MT. Esse trabalho se constitui a partir da perspectiva da educação inclusiva, que visa eliminar as barreiras para que o estudante possa aprender, socializar, rir, brincar e se sentir pertencente a escola, a partir de jogos e atividades individuais e coletivas, visando o comprometimento de professores, profissionais da escola e família para que se faça valer o direito de ensino e aprendizagem desse estudante.

¹Doutora em Artes Cênicas pela UFBA, com bolsa de doutorado sanduiche com bolsa CAPES na University of Massachusetts/Boston no programa de Early Childhood Education. Professora Associada da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no Curso de Licenciatura e Bacharelado em Artes Cênicas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0325-739X>. E-mail: flajaniaski@hotmail.com

²Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3802-609X>. E-mail: thacio.vissicchio@edu.mt.gov.br

³Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondonópolis, Mato Grosso. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1012-9209>. E-mail: maizi.santos@edu.mt.gov.br



Como opção metodológica para este estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa com caráter descritivo, a partir da prática pedagógica com os estudantes na sala de recursos.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Educação Básica.

ABSTRACT

This article aims to discuss the inclusion policy for special education students in the state of Mato Grosso, and how this policy is applied based on the work conducted in the Multifunctional Resource Room São José Operário State School, located in Rondonópolis-MT. This work is based on the perspective of inclusive education, which aims to eliminate barriers so that the student can learn, socialize, laugh, play and feel a sense of belonging at school, through games and individual and collective activities, with a view to the commitment of teachers, school professionals and the family so that the student's right to teach and learn is upheld. The method for this study is qualitative and descriptive research, based on a pedagogical practice with the students in the resource room.

Keywords: Special education. Inclusion. Basic education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la política de inclusión de alumnos objeto de educación especial en el estado de Mato Grosso, así como la forma en que esta política se aplica a partir del trabajo realizado en la Sala de Recursos Multifuncionales (SRM) de la Escuela Estatal Estadual São José Operário, situada em Rondonópolis -MT. Este trabajo se basa en la perspectiva de la educación inclusiva, que tiene como objetivo eliminar las barreras para que el alumno pueda aprender, socializar, reír, jugar y tener sentido de pertenencia a la escuela, a través de juegos y actividades individuales y colectivas, con vistas al compromiso de los profesores, profesionales de la escuela y la familia para que se respete el derecho del alumno a enseñar y aprender. La opción metodológica para este estudio fue la investigación cualitativa de carácter descriptivo, basada en la práctica pedagógica con alumnos en el aula de recursos.

Palabras clave: Educación especial. Inclusión. La educación básica.

INTRODUÇÃO

A educação especial, ao longo das últimas décadas tem sido temática de discussão e visibilidade, tanto nas escolas de ensino básico, quanto no ensino superior, pós-graduação, âmbito legislativo e demais lugares de debates. Essa busca constante se dá ao fato de garantir o direito de permanência do público-alvo da educação especial bem como sua inclusão dentro do espaço formal de ensino.

É necessário destacar que a educação é um direito humano garantido por lei para todos, sem distinção, garantido pela Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988). Na Carta Magna é assegurada a educação como meio de promover o desenvolvimento pessoal, para que exerça seu papel de cidadão no país. No art. 205, consta que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1998 s/p).

Ainda no art. 206, da CF, determina-se a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência dos estudantes nas escolas, sendo explícito que o direito inegável de qualquer pessoa à educação (Brasil, 1998). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vinculado a Portaria do Ministério da Educação nº 555/2007⁴, “o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil, 2008, p.01). Nesse mesmo documento é apresentado o artigo 59º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 que diz:

[...] preconiza que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender

⁴ A portaria de nº 555/2007 do Ministério da Educação que nomeou o grupo de trabalho para a criação desse documento ao qual foi prorrogado pela portaria nº 948/2007 apresentado para o MEC no dia 07 de janeiro de 2008.



às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. (Brasil, 1996 apud. Brasil, 2008)

Neste artigo fica evidente que cabe à escola assegurar que o estudante tenha seu direito garantido levando em consideração sua necessidade e suas especificidades. Ainda no artigo 59º, no inciso III, da LDB, estabelece que devam ter professores com especialização adequada para atendimento do educando bem como professores capacitados para integração desses estudantes em classes comuns. (Brasil, 1996)

A partir dessa lei e demais documentos mencionados e outros como a declaração de Salamanca (1994) já é possível compreender a legalidade, a importância e permanência da educação especial no espaço escolar. Ao relacionar a expressão permanência, a lei determina que, as escolas precisam garantir que o estudante público-alvo da educação especial fique na escola e não apenas realize a matrícula e para que estas condições ocorram, a lei preconiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2008)

Entretanto, ainda se tem vários desafios para que essa política seja efetivada. Albert e Reis (2024) discorrem que “Em um país plural como o Brasil, mesmo com documentos e medidas governamentais, ainda há muitos desafios quanto à garantia total do direito e acesso à educação.” (Albert e Reis, 2024, p.88). Em consonância a esse pensamento, Souza e Prieto (2006) discorrem que esse processo é lento e complexo da transformação da escola regular para adequação e inclusão do estudante,

Sem dúvida, o que está em questão é o processo de transformação da escola regular, que certamente é lento e complexo, pois supõe confronto com valores há muito arraigados na organização do trabalho escolar. A ruptura com a lógica classificatória e seletiva,

dominante nas práticas pedagógicas, é condição para a concretização do direito de todos à educação (Prieto e Souza, 2006, p.200).

Ainda é necessário romper com vários dogmas e paradigmas para que o processo de inclusão seja consolidado, esse que implica desde políticas públicas, a efetivação e consolidação dela nos espaços de ensino.

No estado do Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Educação se ampara, além dos documentos federais, na Resolução Normativa (RN) 010/2023 do Conselho Estadual de Educação, que estabelece normas para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e educação bilíngue de surdos no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. (Mato Grosso, 2023). No artigo 10º desta RN, diz que:

A educação constitui direito dos estudantes público-alvo da educação especial, devendo ser assegurado a este público, sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Mato Grosso, 2023, p. 61)

Dentre esse sistema educacional inclusivo, encontra-se a Sala de Recurso Multifuncional (SRM), obrigatório para todo estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEDE).⁵

Art. 42: A Sala de recursos multifuncional caracteriza-se como um serviço de atendimento educacional especializado que visa a complementação ou suplementação do atendimento educacional comum ofertado exclusivamente para estudante público-alvo da

⁵ A partir da Resolução Normativa 10/2023, o Conselho Estadual de Educação inseriu a nomenclatura “Público da Educação Especial” para tratar de estudantes que apresentam: Deficiência de natureza física, intelectual e sensorial; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Altas Habilidades ou Superdotação. (Mato Grosso, 2023, p. 60). No Caderno de Orientações da Educação Especial 2024, elaborado pela Coordenadoria da Educação Especial, da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso, esse estudantes foram apresentados como estudantes “Público-Alvo da Educação Especial” (PAEDE), nomenclatura essa que será utilizado ao longo do texto.

educação especial, matriculados em escolas regulares em classe comum, em quaisquer níveis de ensino.

Parágrafo único. A finalidade do atendimento educacional individualizado em sala de recursos multifuncional é o desenvolvimento da cognição, atividades de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos da comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologias assistivas para estudante público-alvo da educação especial. (Mato Grosso, 2023, p.65)

Desta forma, o atendimento na SRM acontece de forma a possibilitar ao estudante a permanência na escola, auxiliando seu ensino e aprendizagem, sendo-o garantido atendimento individualizado, com um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), podendo ser atendido sozinho ou em pequenos grupos.

Vale destacar que a SRM e o trabalho na sala de aula regular, precisam estar concatenados, sendo necessário que a professora da SRM e os demais professores regentes estejam em constante diálogo, para que os recursos didáticos e pedagógicos trabalhados em ambas as salas minimizem e/ou excluam as barreiras do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o funcionamento e a permanência da Sala de Recurso Multifuncional, são fundamentais para o desenvolvimento desses estudantes no ambiente escolar.

Para além da SRM, os estudantes PAEDes⁶ também contam com Professoras de Apoio Pedagógicos Especializados (PAPE's) que, de acordo com o Caderno de Orientações da Educação Especial 2024 (Mato Grosso, 2024), acompanham os estudantes na sala comum, a fim de auxiliar ao professor regente na execução das atividades em sala.

⁶ De acordo com a Coordenadoria da Educação Especial e a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso, esse estudantes foram apresentados como estudantes "Público-Alvo da Educação Especial" (PAEDE), nomenclatura essa que será utilizado ao longo do texto.

O professor de apoio pedagógico especializado é um agente mediador do desenvolvimento e do processo ensino-aprendizagem do estudante com deficiência, e/ou transtorno do espectro autista, configura-se em um profissional que presta atendimento educacional pedagógico. Esse professor de apoio irá contribuir com o professor regente, com professor de AEE/SRM e com a equipe técnico-pedagógica na inclusão desses alunos. (Mato Grosso, 2024 p.24)

Para esse cargo, criado desde 2023, o docente necessita ser graduado em pedagogia com pós-graduação voltada para Educação Especial. Esse professor se torna peça-chave nesse processo de inclusão e permanência do estudante, uma vez que o estudante possui um plano e execução individualizada (a partir de sua necessidade e especificidade) na sala de recursos e na sala comum.

Albert e Reis (2004), afirmam que existem várias limitações para que o processo de inclusão aconteça na escola:

Além dos fatores físicos, como por exemplo, a falta de espaço nas salas de aula, em função do grande número de estudantes em uma mesma turma, também há outras limitações enfrentadas: a- os professores das turmas comuns não possuem formação e capacitação para trabalhar com os estudantes que possuem alguma necessidade especial; b- não há condições de trabalho adequadas que forneçam apoio ao professor; c- **há ausência de práticas curriculares integrativas que possibilitem que profissionais de outras áreas atuem juntamente com a escola e com os professores.** (Albert e Reis, 2024, p. 92, grifo nosso)

No que tange o item “c”, a secretaria estadual de educação tem demonstrado de forma profícua financiar educadores especializados para garantir o ensino do estudante PAEDE, sendo de grande valia essa rede de apoio empenhada para auxiliar o estudante. E como mencionado, o trabalho dos professores de apoio pedagógicos especializados, devem estar em diálogo direto com o professor regente da sala comum e o professor da Sala de Recursos Multifuncional.

Diante do exposto, o presente trabalho, visa apresentar como é realizado esse atendimento ao estudante PAEDE e suas reverberações ao manter o ensino, aprendizagem e permanência desse estudante na escola.

DESENVOLVIMENTO

Em consonância ao documento que rege a educação especial, a Sala de Recursos Multifuncional da Escola Estadual São José Operário, localizada na cidade de Rondonópolis, Mato Grosso, têm sido referência no atendimento aos estudantes com deficiência, visto que há mais de quinze anos oferta esse atendimento em prol do processo de inclusão. Nesta sala, os estudantes têm acesso a diferentes recursos Multifuncional como: equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos adaptados.

A escola atende cerca de novecentos estudantes do ensino fundamental, anos finais, nos turnos matutino e vespertino. A Sala de Recursos Multifuncional conta com duas professoras que realizam o Atendimento Educacional Especializado semanalmente sempre no contraturno das aulas, com atendimentos de quatro horas para cada estudante. São atendidos vinte e cinco estudantes divididos no turno de funcionamento da escola. A escola conta com quinze professoras de apoio pedagógico especializado.

A Sala de Recursos Multifuncional (SRM)⁷, através de meios pedagógicos, trabalha na prerrogativa de estabelecer uma aproximação entre os estudantes e a escola, para que eles se sintam acolhidos ao meio em que convivem, porém, isso não os exclui das

⁷ A SRM é atendida por uma das colaboradoras desse artigo, Maizi Santos e pela Professora Especialista em Neuropsicopedagogia Keissiele Santoni que colaboraram com todo processo e desenvolvimento dentro da sala de recursos descrita nesse trabalho.



regras estabelecidas, ao contrário disso, esse processo faz parte para que ele desenvolva e estimule sua socialização. É por esse caminho que as professoras que atendem na sala de recursos partem da ideia basilar de entender e compreender inicialmente o aluno, suas particularidades e suas dificuldades de adaptação em sala regular, e descobrir juntamente com o professores(as) e PAPes, qual caminho para facilitar essa jornada em prol da inclusão e conseqüentemente da aprendizagem de cada estudante. Ao discutir sobre as nuances do trabalho do professor de AEE e a construção de um ambiente mais acessível e significativo, Bedaque (2014) expõe que:

As condições singulares de cada escola e os contextos vivenciados pelos educadores os desafiam a se reorganizarem, a mudarem concepções, posturas e a promoverem ações pedagógicas que permitam criar e recriar o modelo educativo escolar, considerando todas as possibilidades de ser e de aprender de seus alunos. Portanto, a interação do professor do AEE e do professor de sala regular requer ações em conjunto, tendo como elemento essencial a criatividade na perspectiva de um trabalho coletivo consciente. (Bedaque, 2014, p.66).

A partir dessa compreensão, é crível dizer que o trabalho do professor (a) atuante na sala de recursos não se resume somente no atendimento ao estudante PAEDE, ou seja, acontece de forma conjunta com os profissionais e familiares, envolvendo as Professoras de Apoio Pedagógico Especializado, gestão escolar, professores regentes e todos os funcionários que atuam dentro da escola, através de encontros pedagógicos, discussões, apresentações e diálogos que buscam envolver a comunidade escolar e o entorno em reuniões e palestras, todos com intuito de atender e acolher os estudantes público-alvo da educação especial, assim, podemos dizer que a escola inclusiva e o processo educativo deve ser uma discussão conjunta e a inclusão entendida como um processo social, onde todas os alunos têm o direito à escolarização.

Desse modo, o resultado que se busca é a integração dos alunos com deficiência na comunidade escolar, tendo como objetivo a desconstrução da exclusão e do



preconceito dentro da escola, possibilitando o diálogo, a integração e o aprendizado de todos os estudantes que dela fazem parte. Em vista disso, ganha relevância as ideias de Aubert (2020), quando a autora defende que:

As crianças merecem o que há de melhor. Hoje sabemos que sua aprendizagem depende de todas as suas interações, das que ela tem na sala de aula, em seus domicílios e em muitos outros espaços. Hoje sabemos que o acordo entre as famílias e as escolas é muito mais relevante do que outros aspectos que antes eram dados como importantes. Necessitamos de concepções de aprendizagem que não levem os professores a elaborarem planos de ensino à margem das famílias e das comunidades. Ao contrário, necessitamos de concepções de aprendizagem que ajudem a coordenar as ações profissionais, famílias, entorno e as próprias crianças (Aubert, 2020, p.16).

A visão de Aubert (2020) sobre o assunto vai ao encontro da didática de trabalho da sala de recursos que é elaborada a partir de estudos e orientações da coordenação focal da escola e atrelada a leitura de documentos norteadores da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. Essa organização parte de reuniões de alinhamento que acontecem para que cada grupo conheça e alinhe os desafios e avanços do trabalho realizado. Os diálogos partem de um viés pautado no trabalho coletivo e significativo de estratégias para melhor atender todos os estudantes, as famílias e oferecer suporte ao corpo docente.

Nesse sentido, o fluxo escolar segue da seguinte maneira: a coordenação, a partir das demandas e políticas vigentes da SEDUC-MT, coordena e orienta as professoras da Sala de Recursos Multifuncional, essas que, planejam e orientam as professoras de apoio pedagógico especializado que irão fazer a mediação entre os professores (as) regentes a partir do Plano Educacional Individualizado (PEI), intermediando a flexibilização curricular em sala de aula. Entretanto, apesar desse fluxo, seguimos uma linha horizontal de forma ser um trabalho coletivo e de várias mãos.



A SRM é um espaço da escola em que se busca ter um novo olhar sobre o fazer pedagógico, de modo a favorecer a construção de conhecimentos pelos estudantes, dando suporte e liberdade para que eles (as) se integrem e participem da vida escolar de forma plena e autônoma. Nessa perspectiva, é relevante pontuar que cada estudante que frequenta a SRM tem o seu Plano de Atendimento Educacional Especializado (Plano de AEE), bem como a descrição de todas as dificuldades que impedem seu amplo desenvolvimento escolar.

Partindo desse pressuposto, os discentes são matriculados em disciplinas específicas que buscam fomentar as aprendizagens de maneira a trabalhar habilidades inerentes a sua inclusão e que garantam o seu desenvolvimento integral. De acordo com o Caderno de Orientações da Educação Especial 2024 (Mato Grosso, 2024), as disciplinas de atendimento educacional especializado são organizadas do seguinte modo:

Estratégias para autonomia no ambiente escolar (para todas as deficiências/ transtorno do espectro autista); Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos (deficiência visual); Ensino do Sistema Braille (cegueira); Ensino do soroban (deficiência visual - cegueira); Técnicas de orientação e de mobilidade (deficiência visual); Estratégias para o desenvolvimento de processos mentais (deficiência intelectual/ transtorno do espectro autista); Ensino da língua brasileira de sinais (libras) (deficiência auditiva– surdez); Ensino da língua portuguesa na modalidade escrita (deficiência auditiva/surdez); O ensino da usabilidade e das funcionalidades da informática acessível (Para todas as deficiências ou TEA); Estratégias para enriquecimento curricular (altas habilidades/superdotação) e Ensino do uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) (deficiência visual, intelectual, paralisia cerebral, TEA, surdo cegueira), (Mato Grosso, 2024 p.19).

A partir disso, podemos inferir que no atendimento educacional especializado, estas disciplinas são adaptadas conforme o nível do estudante e em conformidade com o desenvolvimento das áreas social, comportamental e cognitiva, onde o foco



principal é que o estudante possa conquistar autonomia para realizar a atividade proposta, apresentando avanços durante os atendimentos. Neste ponto, é importante mencionar que as metodologias adotadas são sempre voltadas para o resgate da autoestima e autonomia deste estudante, dentro e fora do ambiente escolar, sendo isso uma importante ferramenta neste processo.

Logo, os atendimentos são realizados partindo da criação de condições favoráveis para que o aluno desenvolva as suas habilidades e competências através da utilização de vários recursos e ferramentas, como materiais concretos, jogos de tabuleiro, atividades de escrita, de pintura, raciocínio lógico e espacial, a coordenação motora, conteúdos diferenciados de matemáticos e de língua portuguesa que auxiliam o estudante a expandir seus conhecimentos e aprender de maneira divertida, musicalização, jogos lúdicos, brincadeiras estruturadas, entre outros, que fazem parte dos atendimentos e desempenham um papel de destaque nos resultados referente à aprendizagem. Na maior parte dos atendimentos, podemos afirmar que os estudantes aprendem a partir do brincar, o que no entendimento de Silva (2021),

As brincadeiras na sala de recursos também influenciam no processo de ensino-aprendizagem, desenvolve as potencialidades das crianças, instiga o aprender, prevenindo dessa forma problemas de aprendizagem, possibilitando às crianças o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades” (Silva, 2021, p.24).

Assim como Silva, acreditamos que no brincar, os estudantes conseguem ser estimulados e conseqüentemente, se soltar mais, não tendo medo de errar, saindo da rotina da conteudista e de julgamento sobre “saber ou não saber”, podendo dessa forma aprender com mais prazer e alegria. E seguindo desse pressuposto, Santos (2000) coloca que:

A atividade lúdica através de jogos é necessária e serve de estímulo para a interação, para o desenvolvimento ajudando na autoestima



dos educandos, oportunizando uma aprendizagem prazerosa e significativa. Os educadores precisam ampliar seus conhecimentos a respeito do lúdico para que estes possam dar uma aula mais dinâmica e prazerosa (Santos, 2000, p.34).

Sendo assim, ao trabalhar de acordo nessa vertente em consonância com a especificidade de todos os estudantes, a SRM visa o desenvolvimento de aspectos físicos, motores, comportamentais, cognitivos e sensoriais, que são ampliados, trabalhados e potencializados através de atividades práticas que proporcionam um ambiente interativo, acolhedor e respeitoso para a aquisição do conhecimento e criação de espaços de inclusão.

Nesse contexto, a inclusão precisa ser inserida de forma didática e funcional partindo do trabalho de conscientização da escola como um todo, e validando a diversidade e as diferentes estratégias de aprendizagem e conjecturas para esse trabalho. Nesse viés, Mantoan afirma que:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (Mantoan, 2003, p.32).

A postura do professor de sala de recursos deve ser assertiva e favorável para facilitar a possibilidade de articulação entre a sala regular e o atendimento especializado, é certo que isso é mais importante do que ter conhecimentos isolados sobre as deficiências e suas dificuldades. Para ser bom, não precisa conhecer uma lista infundável de teorias, mas é fundamental que tenha consciência de que o trabalho educativo precisa conhecer e perceber o aluno enquanto sujeito de potencialidades. Dessa maneira, tem-se a possibilidade de mediar com eficiência o processo ensino-aprendizagem e favorecer o seu pleno desenvolvimento.

Pensando nisso, nos nossos atendimentos na sala de recursos, ao recebermos os estudantes se tem primeiro uma roda de conversa dialógica que busca identificar como o estudante está no dia do atendimento e qual a melhor maneira de abordá-lo, partindo da premissa que toda opinião importa. De acordo com Freire, “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (Freire, 2011, p. 115). Corroboramos com a ideia do autor ao promover espaços de escuta sensível durante os atendimentos possibilitando que estes estudantes tenham voz e vez.

Figura 1- Estudantes interagindo no jogo, correspondendo aos estímulos.



Fonte: Arquivo Pessoal. Mato Grosso, 2024.

Figura 2- Estudante realizando o pareamento.



Fonte: Arquivo Pessoal. Mato Grosso

Nas imagens⁸ acima se pode observar a interação entre os estudantes em um momento em que compartilham os desafios de um jogo de adivinhação. Nesse momento rico de aprendizagem além da interação com o colega, a estudante também desenvolve sua habilidade de oralidade e percepção auditiva a partir da compreensão das regras do jogo. Nessa lógica, considera-se primordial adentrar no universo do estudante para conseguir chegar até eles (as), isso já nos concede um rumo para iniciar as atividades e poder estimular as suas potencialidades, partindo sempre dos pontos positivos que nos são apresentados durante o processo de ensino.

Além disso, é fundamental trabalhar com os estudantes de forma contínua, dando a devida importância desde a matrícula, na conversa com pais, no primeiro contato

⁸ Todos os estudantes possuem autorização de uso de imagem assinado na matrícula do ano vigente. Entretanto, por decisão dos autores, deixamos os rostos dos estudantes e demais presentes embaçados para não expor os mesmos.

com o estudante, nas adaptações de ambiente, flexibilizações de atividades. A escola precisa desenvolver esse trabalho de forma global discutindo a temática sobre a importância da criação de um espaço inclusivo em todos os ambientes, com as famílias e com todos os funcionários.

Nesse ínterim, o importante é ir refinando o olhar e percebendo quais são as necessidades de adaptação dos estudantes e propor suportes necessários que serão facilitadores do/no processo de ensino aprendizagem e inclusão. Podemos observar abaixo na primeira imagem uma estudante se superando em uma atividade de percepção visual a qual apresentava uma enorme dificuldade para realizar anteriormente, e na outra imagem estudantes PAEDes participando de uma oficina de ciências a qual promoveu um espaço de interação entre corpo docente, estudantes e os demais agentes da escola.

Figura 3- Estudantes socializando em jogos.



Fonte: Arquivo Pessoal. Mato Grosso, 2024.

Figura 4- Aula de ciências no pátio da escola.



Fonte: Arquivo Pessoal. Mato Grosso, 2024.

É na simplicidade do processo, é focado na individualidade e afetividade que conseguimos promover a inclusão do nosso estudante dentro do espaço escolar. Não procuramos show business ou estamos preocupados em criar aulas e atendimentos fenomenais, são nos pequenos gestos, a partir de pequenas ações que o trabalho se desenvolve.

Desse modo, é possível afirmar que a escola trabalha a partir da ótica do respeito da individualidade de cada estudante, tendo a consciência da importância do estudante PAEDE se sentir autor de sua aprendizagem e participativo nesse processo criando assim um sentimento de pertença à sala de aula, à escola e conseqüentemente à sociedade. Nessa mesma linha de pensamento, Souza (2014) argumenta que:

As pessoas não são e nunca serão iguais. Colocar crianças da mesma idade em um mesmo espaço físico e querer que elas reajam ao mesmo estímulo apresentado da mesma forma, sem considerar o aprendizado singular de cada um, que acontece desde o nascimento nos mais diversos ambientes aos quais elas foram expostas, é desumano. É um



erro muito grande que poderá provocar sequelas para o desenvolvimento (Souza, 2014, p.20)

A inclusão desses estudantes precisa sair da “balança” que “mede” a igualdade desses com os demais, se faz necessário trazer a equidade para esse ambiente para que os estudantes possam se fazer presente nesse local e essa visão precisa ser uma decisão firmada entre o grupo de professores, a gestão e de todas as pessoas atuantes no ambiente escolar, ou seja, ela precisa acontecer de forma colaborativa e efetiva, no qual o ponto de partida seja as diversas possibilidades de aprendizagens desses estudantes, em que todos os avanços são positivos e precisam ser considerados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente dizer que a educação especial acontece por meio da oferta de serviços focados no atendimento especializado de maneiras transversais, suplementando e complementando à escolarização, e afirma-se que esses atendimentos devem concentrar-se às necessidades dos estudantes de maneira a impulsionar sua participação nas práticas curriculares da escola, a avaliação pedagógica dos estudantes e do contexto escolar que ele está inserido deve ocupar papel central para indicação dos apoios mais adequados e para organização dos tempos e espaços para esses apoios acontecerem.

A sala de recursos trabalha para que os estudantes PAEDes possam avançar e melhorar seu rendimento na sala de aula regular, e esse fato, é um ganho também para os estudantes que com deficiência ou transtornos, uma vez que estes terão a oportunidade de conviver com as diferenças e poderão vivenciar momentos de reflexão em prol da inclusão, tendo em vista que, “pensar em educação é pensar em um espaço desafiador, que promova o exercício intelectual de querer sempre mais do pensar”, (Mercadante, 2014, p.26). Essa discussão vai ao encontro do que



defendemos enquanto professores que criam condições para trabalhar com inclusão e na inclusão.

Para finalizar, inferem-se alguns aspectos no que tange a temática discutida: 1- Discutir e lutar pelo estabelecimento de políticas públicas de inclusão; 2- Propor adequações curriculares que irão dar suporte ao corpo docente; 3- Trabalhar no combate contra os estereótipos que fragilizam a luta pela inserção dos estudantes públicos alvo da educação especial e 4 - Promover uma formação continuada aos professores que seja alinhada à constante reflexão da práxis com o propósito de articular meios de garantia dos direitos representados na Constituição quanto à educação de qualidade a todos os estudantes independentemente de sua especificidade.

Diante do exposto, sabemos que a caminhada é longa e ainda dependerá de vários fatores como lutas, enfrentamentos e discussão acerca dessa temática, mas entendemos que somente por uma educação humanizada a inclusão acontecerá dentro do espaço formal de ensino.

Entendemos que cada estudante é único e não existe uma receita pronta para se trabalhar com estudantes com deficiências. Entretanto, acreditamos que qualquer ação que for realizada com esses estudantes, precisa ser humanizada e afetiva e, acreditamos que com essa afetividade, é que a inclusão se torna mais orgânica e verdadeira.

Ainda, cabe a nós, professoras atuantes da sala de recursos, profissionais que trabalham diretamente com esses estudantes dar o primeiro passo para que a visibilidade desses estudantes PAEDES e a inclusão dentro do espaço escolar aconteçam.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Évelin; REIS, Pedro Henrique. MATERIAL DIDÁTICO PARA SURDOS E OUVINTES: uma perspectiva inclusiva no ensino de Ciências. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 88–107, 2023. DOI: 10.61389/rbecl.v8i14.7506. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/educacaoculturalinguagem/article/view/750>. Acesso em: 3 set. 2024.

AUBERT, A. et al. **Aprendizagem dialógica na sociedade da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 8 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial: República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 8 abril. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Brasília. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 07 de jun. 2024

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 18ª ed. 1988, 50ª ed. 2011

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Mato Grosso. **Resolução Normativa 010/2023/CEE-MT**. Estabelece normas para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. 2023. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/17311/#/p:60/e:17311>. Acessado em: 02 fev. 2024.

Mato Grosso. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. **Caderno de Orientações da Educação Especial 2024**. Cuiabá. 2024.

PRIETO, R.; ZÁKIA, S.; SOUSA, L. **Educação Especial no município de São Paulo: Acompanhamento da trajetória escolar de Alunos no Ensino Regular** 1. v. 12, n. 2, p. 187–202, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/JLPZkgwg9NpQHLJmTNR58SN/?format=pdf>. Acesso em: 7 jun. de 2024.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis. Vozes. 2000. p.53.

Data da submissão: 27/10/2024

Data do aceite: 25/11/2024